



III FÓRUM MARÍTIMO DO EIXO ATLÂNTICO

A MARITIMIDADE, UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

A Maritimidade como Estratégia de Competitividade Sustentável

Margarida Almodovar
margarida.almodovar@mam.gov.pt

“... desde da linha de base até ao limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”







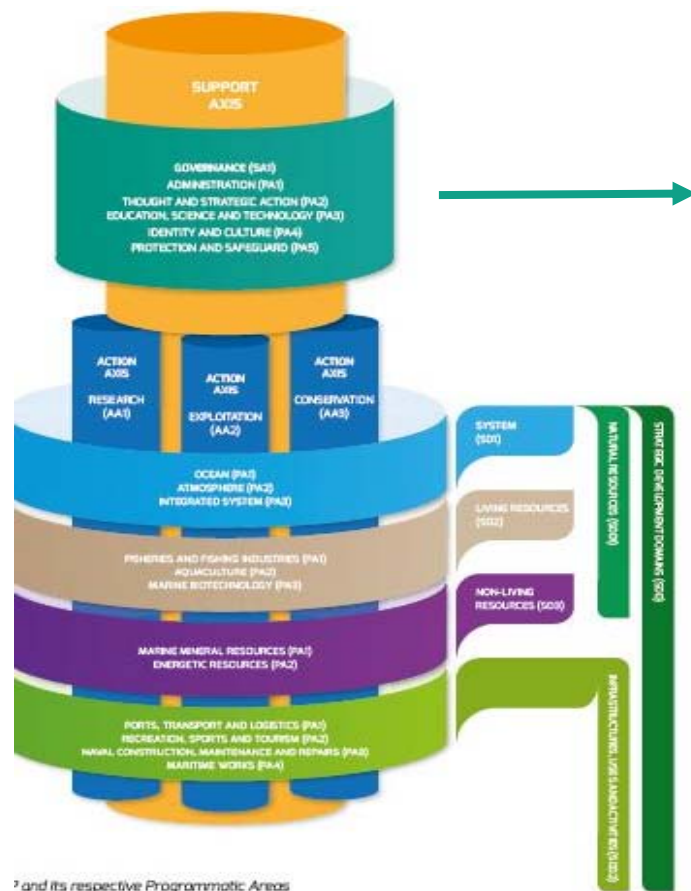
O Mar-Portugal é um desígnio nacional cujo potencial será concretizado pela valorização económica, social e ambiental do oceano e das zonas costeiras, para benefício de todos os portugueses.

Uma imagem forte da maritimidade de Portugal e da Europa.

Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020

Plano de Ação

Mar Portugal.



* and its respective Programmatic Areas

GOVERNAÇÃO (eixo de suporte)

Administração
Pensamento e Ação Estratégica
Educação, Ciência e Tecnologia
Identidade e Cultura
Proteção e Segurança

Lei de Bases da Política de Gestão e
Ordenamento do Espaço Marítimo e diploma
regulamentar

Ordenamento do Espaço Marítimo

Simplificação Administrativa:

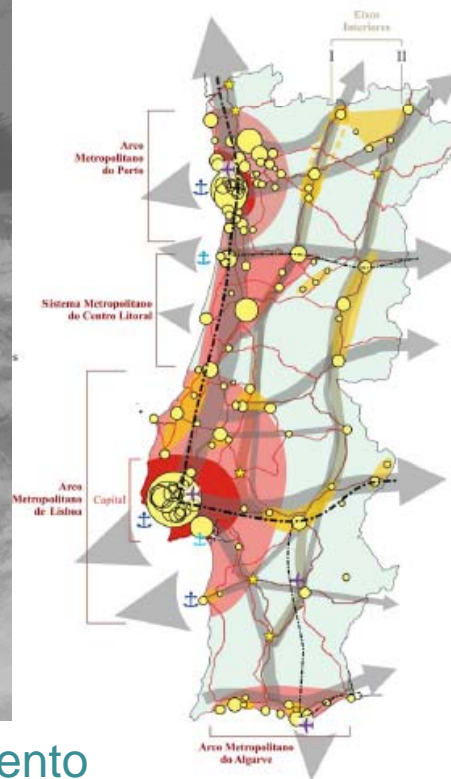
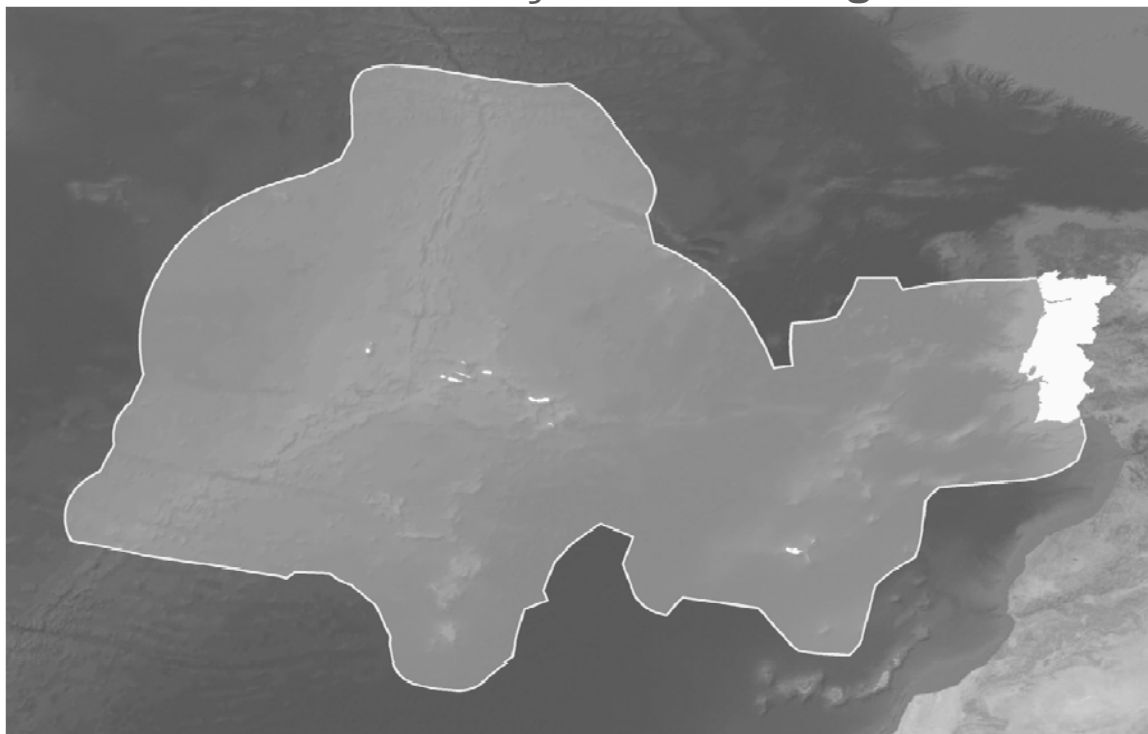
balcão único, simplificação processual e
implementação da figura de gestor de processo.

Dados e Informação

Desenvolvimento de uma política nacional de dados
para o Mar

Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo

Promoção do património cultural marítimo de Portugal, incentivando à **participação das comunidades ribeirinhas**, assumindo um papel de relevo na promoção da diversidade e da especialização regional e local, assim como na afirmação de estratégias territoriais integradas.



Fonte: SIO INSPOT, 2006

Portugal possui uma geografia e um ordenamento territorial predominantemente litorais, encontrando-se todos os seus centros de decisão voltados para o mar.



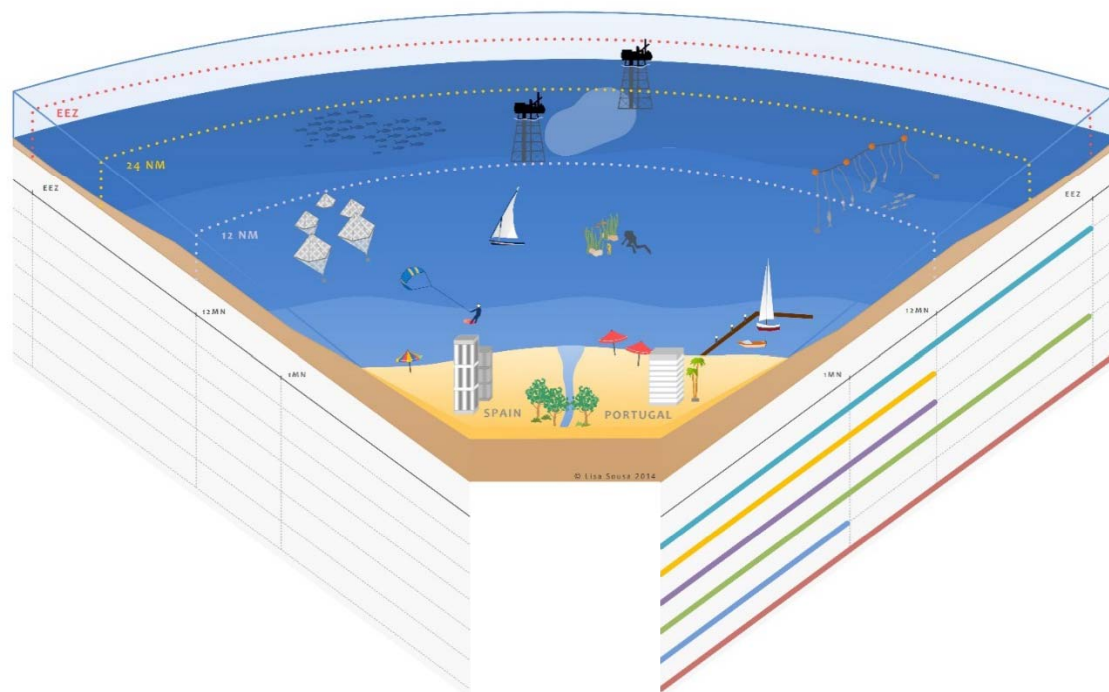
Os Instrumentos de Estratégia, Gestão e Ordenamento

Instrumentos Estratégicos - internacional

DQA
DQEM
DMSP
OSPAR
EMUEAA
ENGIZC
ENM

Instrumentos Ordenamento - nacional

PNPOT
PS Rede Natura
Planos de Bacia
POOC
POAP
PROT
PDM
OEM
• planos situação
• planos afetação



A entrada em vigor da **Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional** é decisiva para o incremento da economia do mar.



LBOGEM traz uma nova visão e uma nova prática que se pretende que seja integrada e simplificada.

A valorização do espaço marítimo requer um instrumento que promova a sustentabilidade, e que suporte os três vetores de ação: a utilização, a preservação e o exercício da atividade económica.

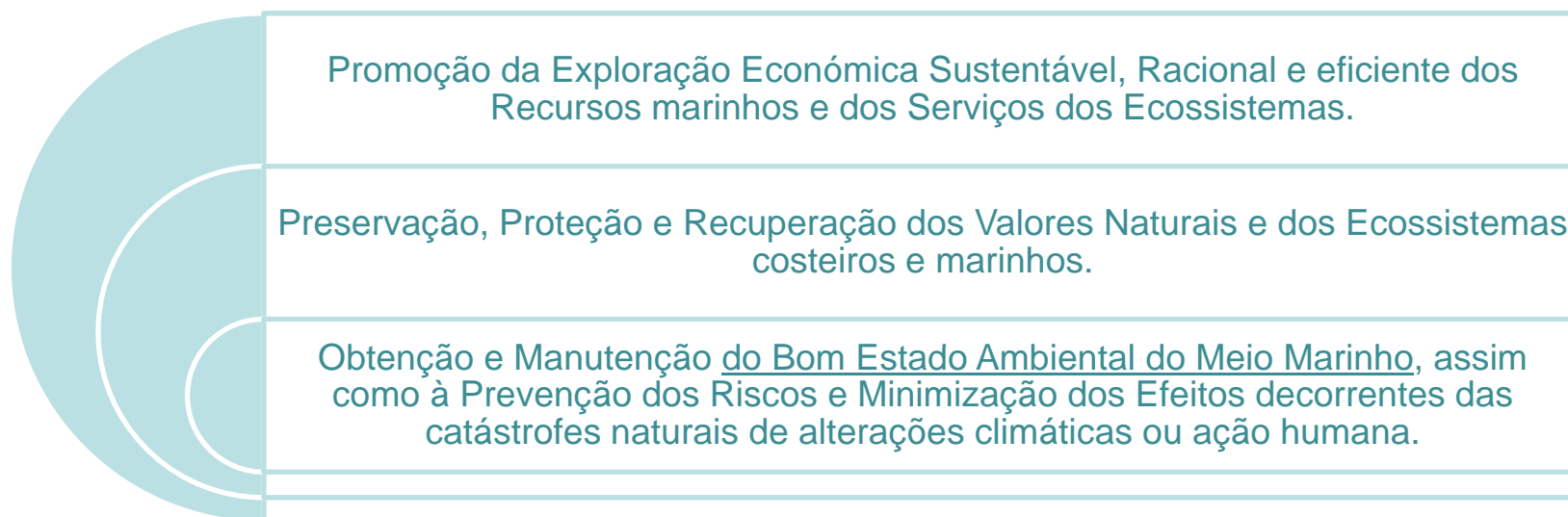
Sistema de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional:

Instrumentos estratégicos de política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional:

- **Estratégia Nacional para o Mar;**

Instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional:

- **Plano de Situação** (áreas ou volumes do espaço marítimo)
- **Planos de Afetação** (áreas ou volumes do espaço marítimo)



Segurança Legal

Transparência de procedimentos
de atribuição dos títulos de
utilização privativa

Direito à informação e à
participação

PROCESSO

Regulamentação da LBOGEM (Decreto-lei 38/2014):

- I. O regime de elaboração, aprovação, alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional;
- II. O regime jurídico aplicável aos títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional;
- III. O regime económico e financeiro associado à utilização privativa do espaço marítimo nacional;
- IV. O regime de acompanhamento permanente e de avaliação técnica do ordenamento do espaço marítimo nacional;
- V. O regime de utilização privativa dos recursos hídricos em águas de transição para fins aquícolas.
- VI. Transposição da Diretiva 2014/89/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 Julho 2014 para o Ordenamento do Espaço Marítimo

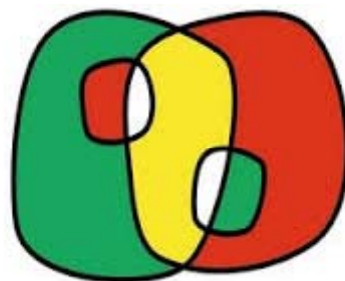
Articulação e compatibilidade com os IGT assegurando a interação terra-mar
Cooperação e coordenação transfronteiriça
Balcão Único Electrónico do Mar
Gestor de processo

Deve ser assegurada a articulação e compatibilização com os programas e planos territoriais, sempre que incidam sobre a mesma área ou sobre áreas que, pela interdependência estrutural ou funcional dos seus elementos, necessitem de uma coordenação integrada de ordenamento.



Deve ser dada prioridade às soluções que determinem uma utilização sustentável do espaço, garantindo a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros, a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e a minimização dos riscos naturais e da erosão costeira. (art.º 5.º)

Na elaboração de instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional que incidam em bacias marítimas partilhadas, deve ser assegurada a cooperação transfronteiriça, atendendo às questões de natureza transnacional, podendo recorrer, nomeadamente, às instâncias internacionais existentes ou à cooperação institucional regional.



Na elaboração, alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional devem ser asseguradas a cooperação e a coordenação transfronteiriça. (art.º 6.º)

Todos os interessados têm direito a ser informados sobre a elaboração, aprovação, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional. (art.º 7.º)



A informação e os dados necessários ao ordenamento e à gestão do espaço marítimo nacional, são disponibilizados gratuitamente, nomeadamente através de aplicações de informação e comunicação que permitam serviços de pesquisa, visualização e disponibilização, incluindo o sistema de pesquisa online de informação pública.

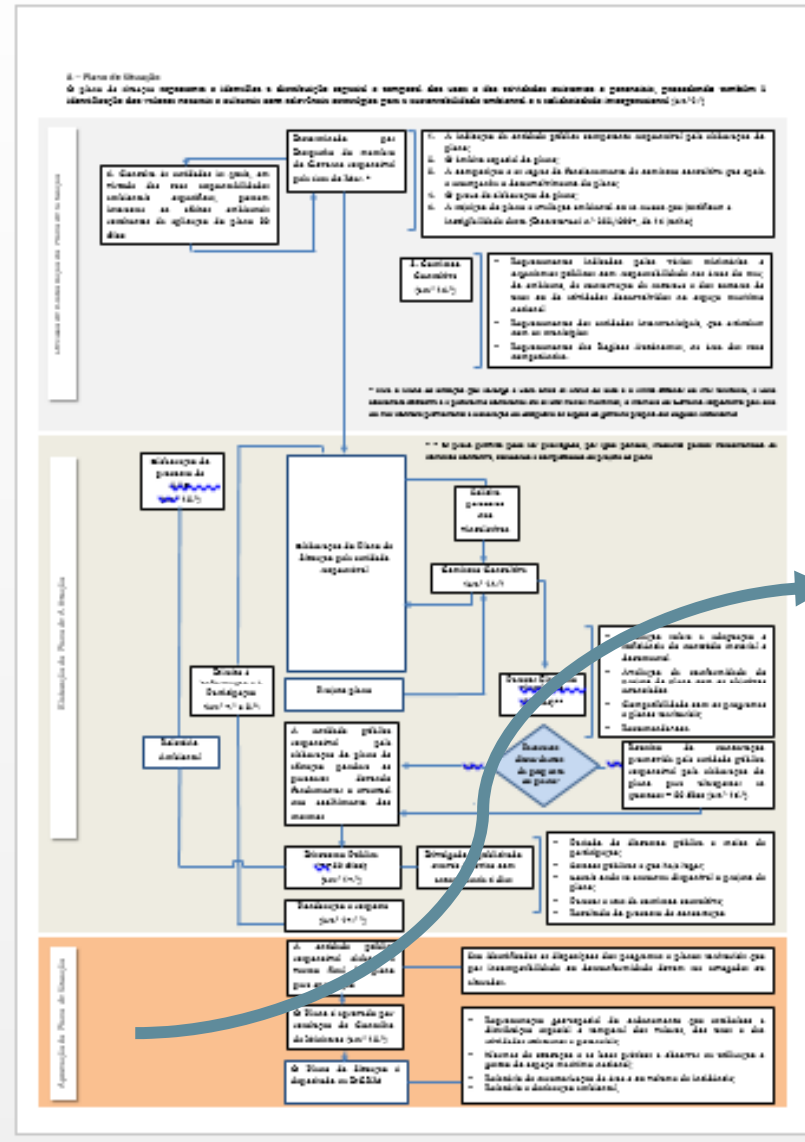
Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo – Direito à Participação

O desenho desta política é sobretudo top-down e uma chave do seu sucesso será reconhecer a necessidade de desenhar estratégias locais que levem a bom termo a política do mar, complementando a sua implementação.



Todos os cidadãos, bem como as associações científicas, profissionais, sindicais e empresariais, direta ou indiretamente associadas às atividades marítimas, têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão e avaliação dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional. (art.º 8.º)

Plano de Situação



Aprovação do Plano de Situação

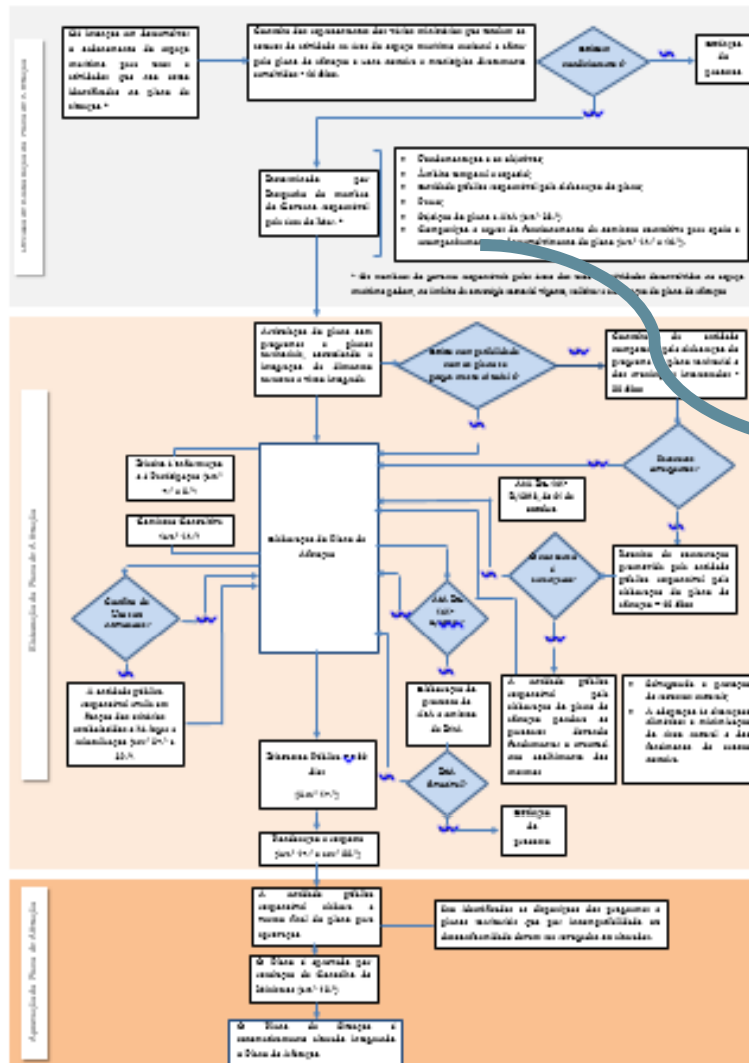
São identificadas as disposições dos programas e planos territoriais que por incompatibilidade ou desconformidade devem ser revogadas ou alteradas.

- Representação geo-espacial do ordenamento que estabelece a distribuição espacial e temporal dos valores, dos usos e das atividades existentes e potenciais;
- Normas de execução e as boas práticas a observar na utilização e gestão do espaço marítimo nacional;
- Relatório de caracterização da área e ou volume de incidência;
- Relatório e declaração ambiental,

Plano de Afetação – iniciativa pública

C – Plano de Afetação por Iniciativa Pública

O plano de afetação passa a afetação de áreas ou volumes do espaço marítimo a usos ou atividades não identificadas no plano de situação (art.º 14.º)



O plano de afetação procede à afetação de áreas ou volumes do espaço marítimo a usos ou atividades não identificadas no plano de situação quando há intenção em promover esse uso ou atividade

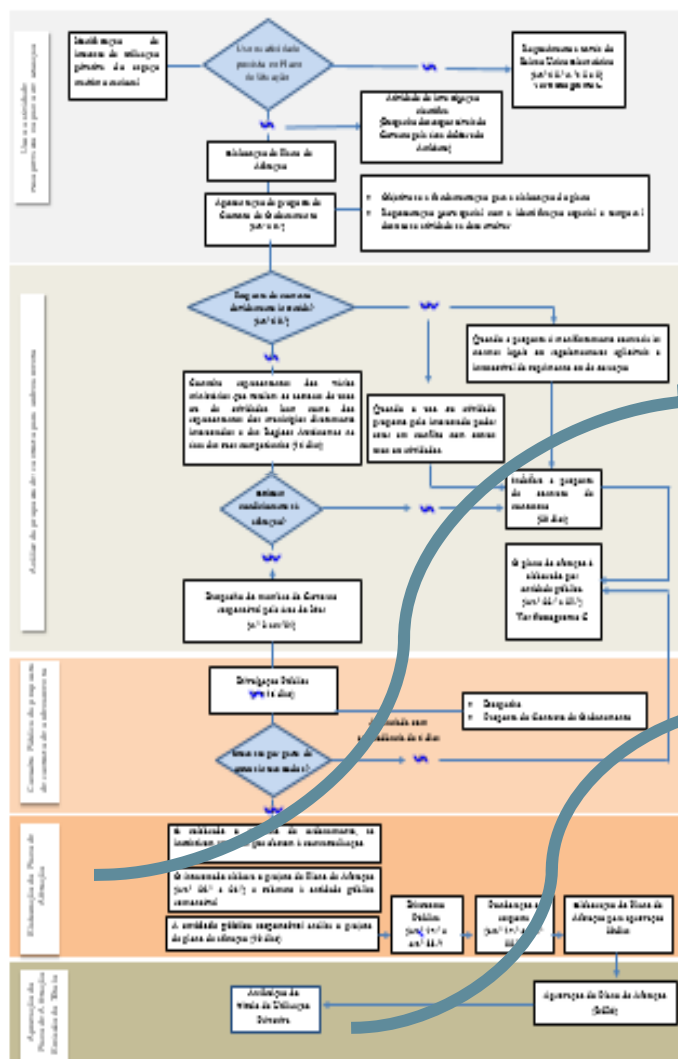
Decisão de Elaboração do Plano de Afetação

Fundamentação e os objetivos;

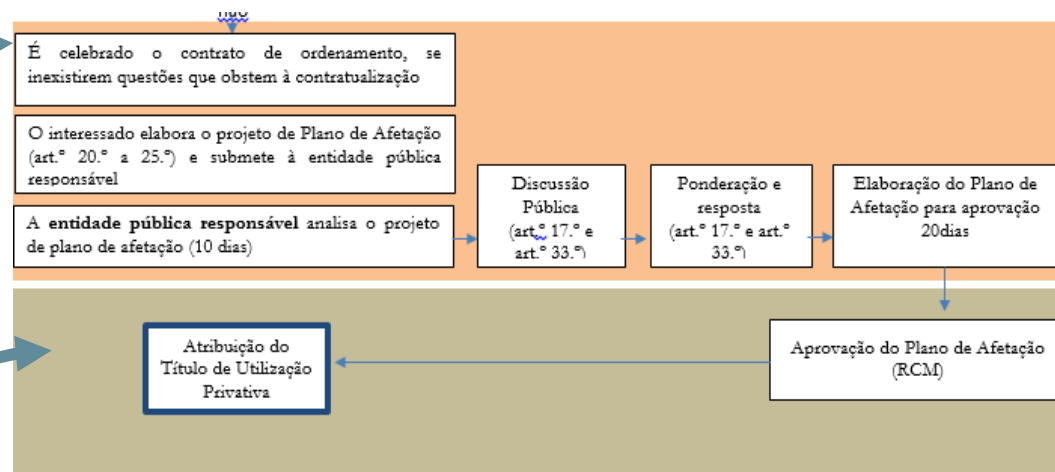
- Âmbito temporal e espacial;
- Entidade pública responsável pela elaboração do plano;
- Prazo;
- Sujeição do plano a AIA (art.º 23.º)
- Composição e regras de funcionamento da comissão consultiva para apoio e acompanhamento ao desenvolvimento do plano (art.º 14.º e 16.º).

Plano de Afetação – iniciativa do interessado

D - PROCEDIMENTO INICIADO A PEDIDO DO INTERESSADO SEM ENQUADRAMENTO NO PLANO DE SITUAÇÃO



Elaboração do Plano de Afetação



Aprovação do Plano de Afetação Emissão do Título

Plano de Afetação - Relocalização de usos ou atividades existentes



Instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional

PLANOS SITUAÇÃO (iniciativa pública) aprovado por RCM
Identificação dos usos e atividades (existentes e potenciais)
Avaliação Ambiental Estratégica

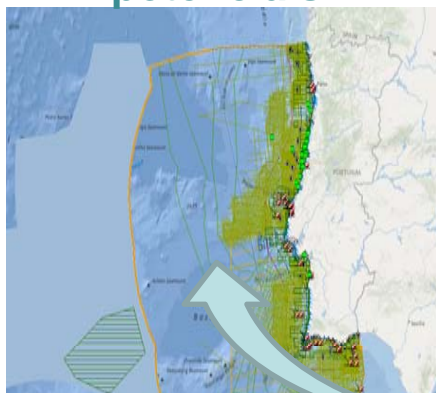
PLANOS DE AFETAÇÃO (iniciativa pública ou privada) aprovado por RCM e integrado no plano de situação

Afetação de áreas e ou volumes do espaço marítimo nacional a usos e atividades não identificados no plano de situação, estabelecendo, quando aplicável, os respetivos parâmetros de utilização.

Avaliação de Impacto Ambiental

Plano de Situação

Usos existentes e potenciais



Plano de Afetação

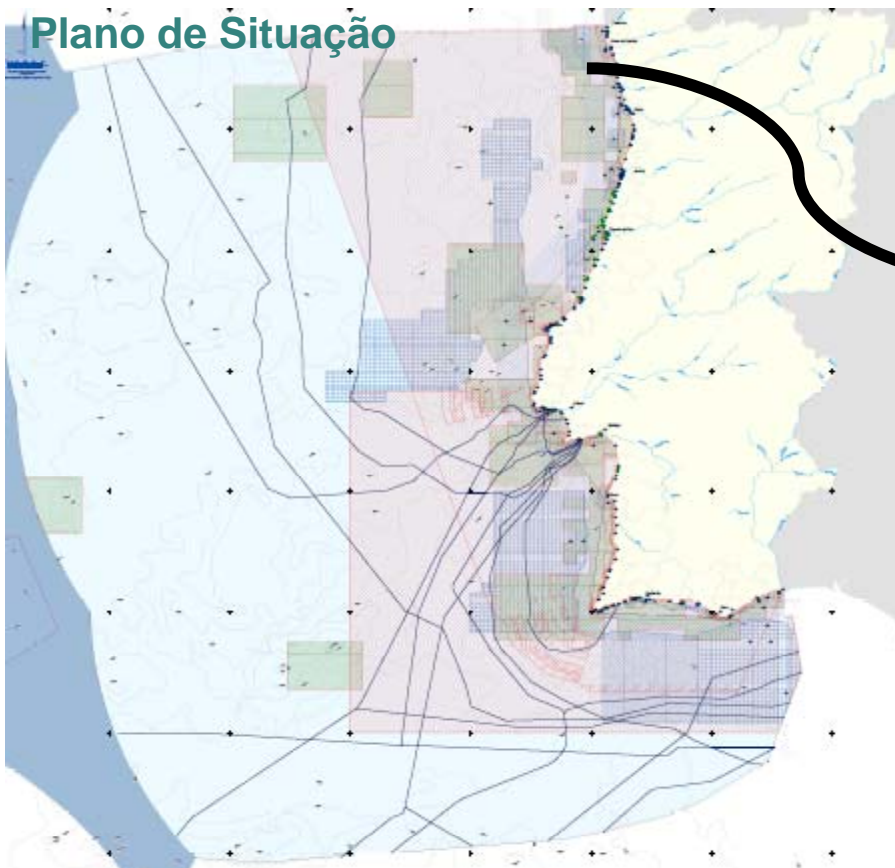
Novo Uso ou
Atividade



O plano de afetação, assim que aprovado, fica integrado no plano de situação, o qual é automaticamente alterado.

Plano de Afetação

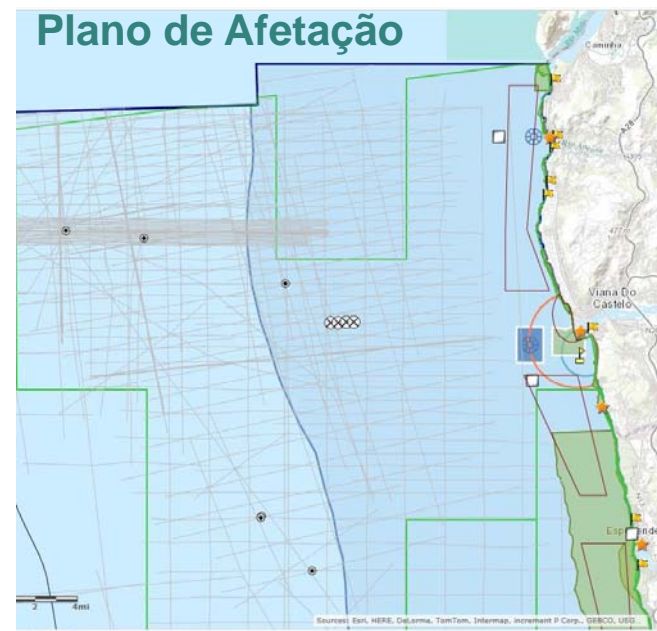
Plano de Situação



Pode ser apresentado o pedido para a elaboração de um plano de afetação sempre que o uso não esteja previsto no plano de situação

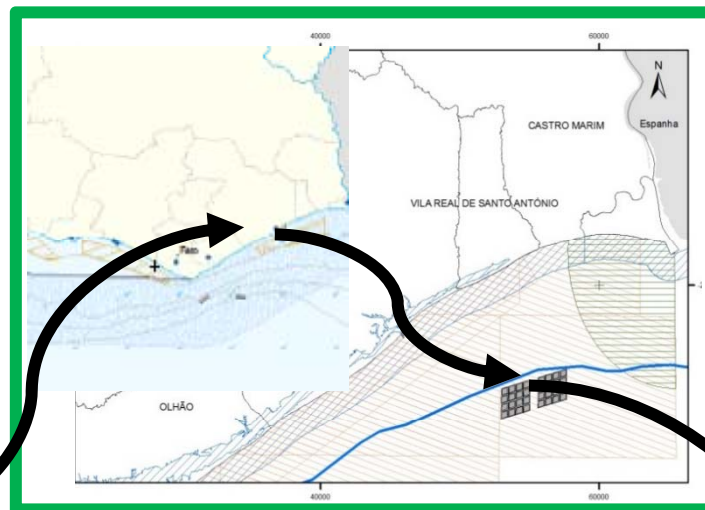
- Objetivos e a fundamentação para a elaboração do plano de afetação
- Representação geo-espacial com a identificação espacial e temporal dos usos e atividades a desenvolver

Plano de Afetação

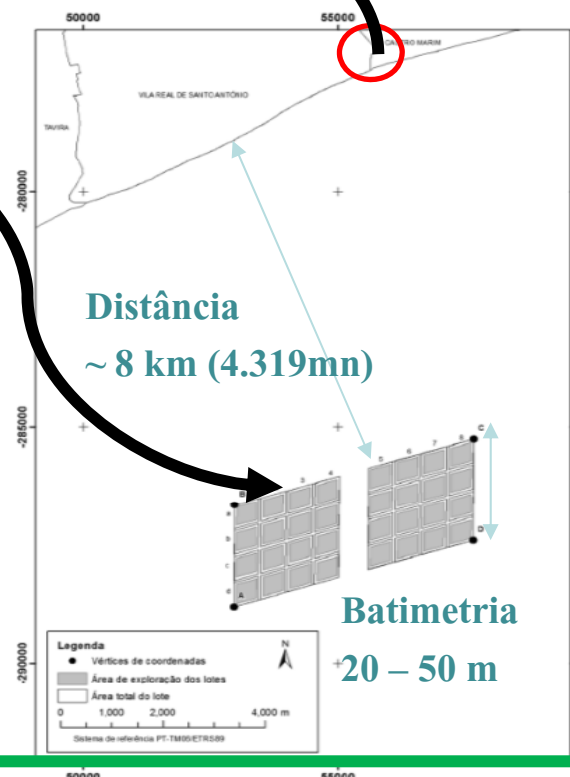


Planos de Afetação

Ex.º Aquicultura (iniciativa pública ou privada)



Integração terra - mar



- Características do meio (oceanograficas, físico-químicas, biológicas, correntes, marés, batimetria, natureza dos fundos, ...)
- Compatibilidade com utros usos e atividades (pesca, turismo, navegação, etc.).
- Recursos naturais e culturais
- Impacto Ambiental
- Interação terra-mar (complementaridade de usos)



III FÓRUM MARÍTIMO DO EIXO ATLÂNTICO

A MARITIMIDADE, UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

A Maritimidade como Estratégia de Competitividade Sustentável

Margarida Almodovar
margarida.almodovar@mam.gov.pt
